

INGO WOLFGANG SARLET
LUIZ GUILHERME MARINONI
DANIEL MITIDIERO

CURSO DE
DIREITO
CONSTITUCIONAL

7ª edição ampliada,
incluindo novo capítulo
sobre PRINCÍPIOS
FUNDAMENTAIS

2015



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
 CEP 05413-909
 PABX: (11) 3613 3000
 SAC: 0800 011 7875
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia
Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues
Editoria de conteúdo Bruna Zeni

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria
Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e
 Ana Cristina Garcia (coords.)

Projeto gráfico, Arte e diagramação Isabela Agreia Teles Veras

Revisão de provas Amélia Kassis Ward e
 Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)
 Denise Pisaneschi
 Mair de Fátima Machado Castala

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva
 Kelli Priscila Pinto
 Camila Artoli Loureiro

Capa Casa de Ideias

Produção gráfica Marli Rampim
Impressão Profl Editora Gráfica
Acabamento Profl Editora Gráfica

ISBN 978-85-02-63491-6

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sarlet, Ingo
 Curso de direito constitucional / Ingo Sarlet, Luiz Guilherme
 Marinho e Daniel Mitidiero. — 4. ed. ampl., incluindo novo
 capítulo sobre princípios fundamentais — São Paulo : Saraiva,
 2015.

Bibliografia

I. Direito constitucional 2. Direito constitucional -
 Brasil I. Marinho, Luiz Guilherme. II. Mitidiero, Daniel.
 III. Título.

15-05863

CDD 342.81

Índice para catálogo sistemático:

I. Brasil. Direito constitucional

342.81

Data de fechamento da edição: 10-7-2015

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida
 por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da
 Editora Saraiva.
 A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na
 Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

137.701.004.001

SUMÁRIO

<i>Nota à 4.ª edição</i>	5
<i>Nota à 3.ª edição</i>	7
<i>Nota à 2.ª edição</i>	9
<i>Apresentação</i>	31
Primeira Parte	
Teoria da Constituição e do Direito Constitucional	35
1 A Constituição em perspectiva histórico-evolutiva – Dos antecedentes à afirmação do constitucionalismo moderno e do assim chamado Estado Constitucional	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	37
1.1 Considerações introdutórias.....	37
1.2 O caso da Inglaterra e suas peculiaridades.....	42
1.3 Os Estados Unidos da América: a “viragem de Copérnico” da evolução constitucional.	45
1.4 O legado da experiência constitucional na França	49
1.5 A ampliação do constitucionalismo pelo mundo ocidental: rumo ao modelo do Estado Constitucional como paradigma universal.....	51
1.6 A Lei Fundamental da Alemanha (1949): notas sobre sua formação, evolução e conteúdo	53
1.6.1 Precedentes e o dismantelamento da ordem constitucional pretérita por força da ditadura nacional-socialista	53
1.6.2 Elaboração, conteúdo e afirmação da Lei Fundamental de 1949.....	56
1.6.3 A “queda do muro”, a reunificação e a adoção da Lei Fundamental de 1949 como Constituição Federal da Alemanha.....	60
2. Classificação das constituições	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	64

3. Estrutura, funções e conteúdo das constituições	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	73
3.1 As constituições e sua estrutura	73
3.1.1 Considerações de caráter geral.....	73
3.1.2 O preâmbulo das constituições, com destaque para o problema de sua força jurídica na Constituição Federal de 1988	73
3.1.3 As disposições constitucionais permanentes.....	79
3.1.4 Disposições constitucionais transitórias	80
3.2 As funções da constituição.....	81
3.3 O problema do conteúdo das constituições.....	87
4. Conceito e características do direito constitucional	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	90
5. Do poder constituinte e da mudança (reforma e mutação) constitucional	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	93
I – Do poder constituinte	93
5.1 Notas introdutórias.....	93
5.2 O que é o poder constituinte?	94
5.2.1 Generalidades	94
5.2.2 A natureza do poder constituinte	96
5.2.3 Distinção entre poder constituinte formal e poder constituinte material.....	97
5.2.4 Características do poder constituinte	98
5.3 Quem é o titular do poder constituinte? O problema da legitimidade do poder constituinte e da constituição.....	100
5.4 Formas de manifestação (expressão ou exercício) do poder constituinte.....	103
5.4.1 Aspectos introdutórios.....	103
5.4.2 As formas democráticas de exercício do poder constituinte	104
5.4.3 A revolução como forma da manifestação do poder constituinte	106
5.5 Limites e condicionamentos do poder constituinte?	110
II – Teoria da mudança constitucional – A reforma e a mutação constitucional.....	113
5.6 Generalidades e distinção entre as diversas formas de mudança constitucional: processos formais e informais (mutação constitucional).....	113
5.7 O poder de reforma da constituição	115
5.7.1 Questões terminológicas	115
5.7.2 Natureza, características e funções do poder de reforma constitucional.....	115
5.7.3 O poder de reforma na Constituição Federal de 1988	117
5.7.3.1 A distinção entre revisão e emendas como modalidades de reforma da Constituição.....	117
5.7.4 Os limites da reforma constitucional	121
5.7.4.1 Considerações gerais.....	121
5.7.4.2 Limites formais.....	122

5.7.4.3	Limites circunstanciais.....	127
5.7.4.4	O problema dos limites materiais (as assim chamadas “cláusulas pétreas”)	128
5.7.4.4.1	Natureza e significado dos limites materiais.....	128
5.7.4.4.2	Espécies de limitações materiais ao poder de reforma.....	131
5.8	A assim chamada “mutação” constitucional e suas formas de manifestação: algumas aproximações.....	154
5.8.1	Considerações gerais: conceito e modalidades de mutação constitucional.....	154
5.8.2	Mecanismos (modos) de mutação constitucional.....	156
5.8.3	Limites da mutação constitucional: o problema das mutações inconstitucionais	159
6.	Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	162
6.1	Alguns aspectos terminológicos e conceituais.....	162
6.2	Apresentação e discussão das principais classificações das normas constitucionais quanto à sua eficácia e aplicabilidade adotadas no Brasil.....	167
6.2.1	As posições “clássicas” e a sua gradual superação.....	167
6.3	Apreciação crítica das diferentes posições.....	176
6.4	Síntese conclusiva.....	182
7.	O problema da efetividade das normas constitucionais e da força normativa da Constituição	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	187
8.	A norma constitucional no “tempo” – Relações entre a Constituição e a ordem jurídica anterior	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	192
8.1	Considerações gerais.....	192
8.2	A Constituição e o direito constitucional anterior.....	192
8.2.1	A Constituição originária e a Constituição anterior.....	192
8.2.2	As emendas constitucionais e o direito constitucional (originário) anterior.....	194
8.3	A Constituição e o direito infraconstitucional anterior.....	194
9.	A Constituição e as relações com o direito estrangeiro e internacional – O problema da aplicação das normas constitucionais no espaço	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	198
9.1	Considerações introdutórias.....	198
9.2	Relações entre o direito estrangeiro e a Constituição.....	199
9.3	O direito internacional e a Constituição Federal de 1988.....	203
10.	Linhas mestras da interpretação constitucional	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	207
10.1	Noções gerais.....	207
10.2	Princípios da interpretação constitucional.....	211
10.2.1	O princípio da unidade da Constituição.....	211
10.2.1.1	Princípio do efeito integrador.....	212
10.2.1.2	O princípio da “concordância prática” ou da “harmonização”.....	213

10.2.1.3	A assim chamada “ponderação” (ou “balanceamento”) no campo da interpretação e aplicação da Constituição	214
10.2.1.4	Proporcionalidade e razoabilidade como princípios e critérios de interpretação constitucional	215
10.2.2	O princípio da supremacia da Constituição.....	218
10.2.2.1	O princípio da máxima eficácia e efetividade da Constituição.....	219
10.2.2.2	O princípio da força normativa da Constituição	219
10.2.2.3	O princípio da interpretação (das leis) conforme à Constituição	220
10.2.3	O princípio da divisão de poderes e o correlato princípio (dever) da conformidade funcional: o problema da autorrestrição por parte da jurisdição constitucional e as assim chamadas “capacidades institucionais”	222

Segunda Parte

O Sistema Constitucional Brasileiro

1.	O constitucionalismo brasileiro em perspectiva histórico-evolutiva – Da Constituição Imperial de 1824 à assim chamada “Constituição-Cidadã” de 1988	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	227
1.1	Os primórdios e a Carta Imperial de 1824	227
1.2	A Proclamação da República e a implantação da Federação: a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891	231
1.3	A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934	235
1.4	O Estado Novo e a Carta de 1937 (a Constituição “Polaca”)	237
1.5	A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946.....	239
1.6	A Constituição do Brasil de 1967 e a EC 1/1969	240
1.7	Breves notas sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	242
2.	Dos Princípios Fundamentais	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	250
I –	Notas introdutórias: função, classificação e eficácia dos princípios constitucionais fundamentais	250
II –	Princípios gerais estruturantes e constitucionalmente conformadores da ordem jurídico-constitucional	255
2.1.	Princípio da dignidade da pessoa humana	255
2.1.1	Considerações gerais.....	255
2.1.2	Breves notas sobre a forma de positivação (reconhecimento) da dignidade da pessoa humana na Constituição Federal.....	257
2.1.3	Funções da dignidade da pessoa humana na arquitetura jurídico-constitucional..	260
2.2.	Princípio do Estado Democrático e Socioambiental de Direito	
2.2.1	Noções gerais.....	262
2.2.2	O princípio democrático e a soberania popular.....	263
2.2.3	O princípio do pluralismo político	269
2.2.4	O princípio do Estado de Direito	270
2.2.5	O princípio do Estado Socioambiental (a conjugação da justiça social, da realização dos direitos humanos e fundamentais sociais e da proteção do ambiente).....	281

2.2.6	Princípio republicano.....	285
2.2.7	O princípio federativo.....	287
2.2.8	O princípio da sustentabilidade (ou desenvolvimento sustentável).....	287
III	Os objetivos fundamentais do Estado Democrático (Socioambiental) de Direito.....	290
IV	Princípios que regem as relações internacionais.....	291
3.	Teoria Geral dos Direitos Fundamentais	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	295
3.1	Considerações gerais.....	295
3.1.1	Aspectos terminológicos: direitos humanos e/ou direitos fundamentais?.....	296
3.2	Os direitos fundamentais em perspectiva histórico-evolutiva e as assim designadas dimensões (ou “gerações”) de direitos fundamentais.....	299
3.2.1	Considerações preliminares.....	299
3.2.2	A “pré-história” dos direitos fundamentais: dos primórdios à noção de direitos naturais (inatos e inalienáveis) do homem.....	300
3.2.3	O reconhecimento dos direitos fundamentais na esfera do direito positivo.....	303
3.2.3.1	Antecedentes (o período pré-constitucional).....	303
3.2.4	As assim chamadas “dimensões” (gerações?) dos direitos fundamentais: a trajetória evolutiva dos direitos fundamentais do Estado Liberal ao Estado Constitucional Socioambiental.....	306
3.2.4.1	Os direitos fundamentais no âmbito do Estado Liberal (a assim chamada “primeira dimensão”).....	308
3.2.4.2	O advento do Estado Social e os direitos econômicos, sociais e culturais (a assim chamada “segunda dimensão”).....	308
3.2.5	A titularidade transindividual e os assim chamados “direitos da terceira dimensão”.....	310
3.2.6	Existem direitos fundamentais de quarta, quinta e sexta dimensão?.....	311
3.2.7	As dimensões (“gerações”) dos direitos em perspectiva crítica.....	314
3.3	O conceito de direitos fundamentais no sistema constitucional brasileiro.....	315
3.3.1	A dupla fundamentalidade em sentido formal e material.....	315
3.3.2	A abertura (expansividade) do catálogo constitucional dos direitos fundamentais: significado e alcance da norma contida no art. 5.º, § 2.º, da CF.....	318
3.3.2.1	Noções preliminares.....	318
3.3.2.2	Classificação dos direitos fundamentais com base no critério da abertura material do catálogo constitucional.....	321
3.3.2.3	Direitos previstos no Título II da CF.....	326
3.3.2.4	Direitos fundamentais dispersos no texto constitucional.....	327
3.3.2.5	Direitos sediados nos tratados internacionais de direitos humanos.....	331
3.3.2.5.1	Generalidades.....	331
3.3.2.5.2	O procedimento de incorporação dos tratados de direitos humanos na perspectiva da Constituição Federal.....	333
3.3.2.5.3	O problema da hierarquia dos tratados de direitos fundamentais na ordem jurídica interna brasileira: direitos fundamentais sem hierarquia constitucional?.....	336

3.4	A dupla dimensão objetiva e subjetiva, a multifuncionalidade e a classificação dos direitos e garantias fundamentais	340
3.4.1	Os direitos fundamentais e sua dimensão subjetiva	340
3.4.2	A assim chamada dimensão objetiva dos direitos fundamentais	343
3.4.3	Multifuncionalidade e classificação dos direitos fundamentais na ordem constitucional.....	347
3.5	A titularidade dos direitos e garantias fundamentais: quem é o sujeito dos direitos?	350
3.5.1	Considerações gerais.....	350
3.5.2	A pessoa natural como titular de direitos fundamentais: a titularidade universal e sua interpretação na Constituição Federal	351
3.5.3	O problema da titularidade de direitos fundamentais por parte dos estrangeiros e a relevância da distinção entre estrangeiro residente e não residente.....	353
3.5.4	O problema da titularidade de direitos fundamentais nos limites da vida.....	356
3.5.5	Pessoas jurídicas como titulares de direitos fundamentais	359
3.6	A aplicabilidade imediata das normas de direitos e garantias fundamentais: significado e alcance do art. 5.º, § 1.º, da CF.....	361
3.7	Destinatários dos direitos e garantias fundamentais	368
3.8	Particulares como destinatários dos direitos fundamentais: o problema da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas	371
3.9	Limites e restrições de direitos fundamentais	375
3.9.1	Considerações introdutórias	375
3.9.2	O âmbito de proteção dos direitos e garantias fundamentais	376
3.9.3	Os limites dos direitos fundamentais	379
3.9.4	Limites aos limites dos direitos fundamentais	383
3.9.4.1	Noções preliminares	383
3.9.4.2	Proporcionalidade e razoabilidade como limites dos limites	384
3.9.4.3	A assim chamada garantia do núcleo essencial dos direitos fundamentais.	392
4.	Direitos fundamentais em espécie	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	396
4.1	O direito à vida.....	396
4.1.1	Breve histórico: da noção de “direito natural” à consagração como direito humano e fundamental	396
4.1.2	Âmbito de proteção do direito à vida: o conceito de vida para efeitos da tutela jurídica	399
4.1.3	Relação do direito à vida com outros direitos fundamentais.....	400
4.1.4	A titularidade do direito à vida e o problema do início e fim da proteção jurídico-constitucional da vida humana	403
4.1.5	Destinatários (sujeitos passivos): órgãos estatais e particulares	406
4.1.6	O direito à vida e sua dupla dimensão objetiva e subjetiva como dever de proteção e complexo de posições subjetivas de conteúdo negativo e positivo.....	406
4.1.6.1	Considerações gerais.....	406
4.1.6.2	Dimensões subjetiva e objetiva do direito à vida	407

4.1.7	Limites das intervenções no direito à vida: uma análise a partir de alguns exemplos	408
4.1.7.1	Considerações gerais.....	408
4.1.7.2	Existe um direito de matar? O caso da pena de morte e de outras intervenções similares	409
4.1.7.3	A discussão em torno da legitimidade constitucional da interrupção da gravidez	412
4.1.7.4	O problema de um direito ao suicídio e a discussão em torno das possibilidades e limites da eutanásia.....	414
4.2	O direito à integridade física e psíquica	417
4.2.1	Considerações gerais.....	417
4.2.2	Direito constitucional estrangeiro e direito internacional dos direitos humanos..	418
4.2.3	O direito à integridade física e psíquica na Constituição Federal.....	419
4.2.3.1	Observações gerais e relação com outros direitos fundamentais.....	419
4.2.3.2	A dupla dimensão subjetiva (negativa e positiva) e objetiva do direito à integridade física e psíquica.....	420
4.2.3.3	Titulares e destinatários	421
4.2.3.4	Intervenções no direito à integridade corporal, limites e restrições: a controvérsia em torno de um direito à disposição do próprio corpo	422
4.2.3.5	O caso da proibição da tortura, de todo e qualquer tratamento desumano e degradante, incluindo a proibição das penas cruéis.....	425
4.3	Demais direitos à identidade e integridade pessoal – O direito ao livre desenvolvimento da personalidade e os direitos especiais de personalidade	427
4.3.1	Os direitos fundamentais vinculados à proteção da personalidade e os contornos de seu regime jurídico-constitucional.....	427
4.3.1.1	Considerações gerais.....	427
4.3.1.2	Direito internacional dos direitos humanos e constituições estrangeiras	430
4.4	O direito ao livre desenvolvimento da personalidade: sua função como cláusula geral e sua relação com os direitos especiais de personalidade	431
4.5	Contornos do regime jurídico-constitucional dos direitos de personalidade.....	434
4.6	O direito à vida privada (privacidade e intimidade).....	438
4.6.1	Considerações gerais.....	438
4.6.2	Conteúdo (âmbito de proteção) do direito à vida privada	439
4.6.3	Limites e restrições.....	442
4.7	A salvaguarda do sigilo fiscal e bancário.....	443
4.8	Inviolabilidade do domicílio	448
4.8.1	Notícia histórica e generalidades	448
4.8.2	Direito internacional dos direitos humanos e evolução constitucional brasileira anterior à Constituição Federal	449
4.8.3	Conteúdo e limites do direito à inviolabilidade do domicílio na Constituição Federal	450
4.9	A inviolabilidade da correspondência e o sigilo das comunicações em geral	458
4.10	Proteção dos dados pessoais.....	464

4.11	Os direitos à honra e à imagem	468
4.11.1	Considerações gerais.....	468
4.11.2	O direito à honra.....	469
4.11.3	O direito à (própria) imagem	473
4.12	Direitos de liberdade.....	476
4.12.1	Algumas notas sobre um direito geral de liberdade na Constituição Federal e o sistema constitucional das liberdades fundamentais.....	476
4.12.2	Liberdade de expressão	483
4.12.2.1	Notas introdutórias: breve mirada sobre a evolução constitucional brasileira pretérita e o direito internacional.....	483
4.12.2.2	A liberdade de expressão na Constituição Federal	485
4.12.3	Liberdade de consciência e de crença (liberdade religiosa).....	504
4.12.3.1	Notas introdutórias e breve mirada sobre a evolução no âmbito do direito internacional, direito constitucional estrangeiro e evolução constitucional brasileira.....	504
4.12.3.2	A liberdade religiosa e a liberdade de consciência na Constituição Federal de 1988.....	508
4.12.4	Liberdade de locomoção	516
4.12.4.1	Considerações gerais e reconhecimento no plano do direito internacional e direito constitucional estrangeiro	516
4.12.4.2	A liberdade de locomoção na evolução constitucional brasileira pretérita	518
4.12.5	A liberdade de locomoção na Constituição Federal.....	518
4.12.5.1	Considerações gerais.....	518
4.12.5.2	Âmbito de proteção da liberdade de locomoção: sua dimensão objetiva e subjetiva.....	519
4.12.5.3	Titulares e destinatários	521
4.12.5.4	Limites da liberdade de locomoção.....	521
4.12.6	As garantias constitucionais relativas à prisão: o caso da prisão civil.....	523
4.12.6.1	Generalidades	523
4.12.6.2	A prisão civil: possibilidade e limites na Constituição Federal	524
4.12.6.2.1	Generalidades e evolução constitucional pretérita.....	524
4.12.6.2.2	Conteúdo e âmbito de proteção da proibição da prisão civil na Constituição Federal.....	525
4.12.6.2.3	A prisão civil no caso de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentar	526
4.12.6.2.4	A controvérsia em torno da prisão civil do depositário infiel	529
4.12.6.2.5	Liberdade de profissão.....	532
4.12.6.2.6	A liberdade de profissão na Constituição Federal.....	535
4.12.6.2.7	Liberdade de associação	545
4.12.6.2.8	Liberdade de reunião	556
4.13	Direito(s) de igualdade: direito geral de igualdade, cláusulas especiais de igualdade e políticas orientadas para a igualdade.....	567

4.13.1	Considerações introdutórias.....	567
4.13.2	Da igualdade formal à igualdade material.....	571
4.13.3	Breves notas a respeito da relação entre dignidade, liberdade e igualdade.....	572
4.13.4	Conteúdo e significado do princípio da igualdade e do(s) direito(s) de igualdade na Constituição Federal de 1988.....	573
4.13.4.1	Generalidades.....	573
4.13.4.2	Âmbito de proteção: conteúdo e alcance do princípio e do direito geral de igualdade.....	575
4.13.4.3	Metódica de aplicação do princípio (direito) da igualdade e efeitos de sua violação na condição de direito subjetivo.....	579
4.13.4.4	Igualdade, diferença e as assim chamadas “ações afirmativas”.....	583
4.14	Dos direitos fundamentais sociais.....	586
4.14.1	Aspectos gerais relativos aos direitos sociais como direitos fundamentais.....	586
4.14.1.1	Generalidades: os direitos sociais no quadro da evolução constitucional brasileira.....	586
4.14.2	Breves notas sobre os direitos sociais no âmbito do direito constitucional estrangeiro.....	589
4.14.3	Os direitos sociais como direitos fundamentais e seu regime jurídico na Constituição Federal.....	594
4.14.3.1	Aspectos gerais.....	594
4.14.3.2	Titulares e destinatários dos direitos sociais.....	598
4.14.3.3	O problema da eficácia e efetividade das normas de direitos sociais, com destaque para a controvérsia acerca da exigibilidade dos direitos sociais como direitos a prestações.....	602
4.14.3.4	O problema da proteção dos direitos sociais e o assim designado “princípio da proibição de retrocesso”.....	611
4.15	Dos direitos sociais em espécie.....	614
4.15.1	Considerações preliminares.....	614
4.15.2	O direito ao (e a garantia do) mínimo existencial como espécie de categoria transversal.....	614
4.15.3	O direito à proteção e promoção da saúde.....	620
4.15.4	O direito à alimentação.....	627
4.15.5	O direito à moradia.....	631
4.15.6	O direito à educação.....	635
4.15.7	O direito ao trabalho.....	644
4.15.8	O direito ao lazer.....	648
4.15.9	O direito à segurança social: previdência e assistência aos desamparados.....	649
4.15.10	Direito à proteção da maternidade, da infância, da juventude e do idoso.....	653
4.16	Nacionalidade.....	658
4.16.1	Considerações introdutórias.....	658
4.16.2	A nacionalidade no âmbito do direito internacional, com destaque para o sistema de reconhecimento e proteção dos direitos humanos.....	659
4.16.3	A nacionalidade no direito constitucional estrangeiro.....	660

4.16.4	A nacionalidade no âmbito da evolução constitucional brasileira	661
4.16.5	O regime da nacionalidade na Constituição Federal de 1988	663
4.16.5.1	Considerações gerais: a nacionalidade como direito e garantia funda- mental	663
4.16.5.2	Espécies de nacionalidade	664
4.16.5.2.1	A nacionalidade primária: o brasileiro nato	664
4.16.5.2.2	A nacionalidade secundária: a naturalização como forma de aquisição da nacionalidade.....	668
4.16.5.3	Distinções entre os brasileiros natos e os naturalizados	671
4.16.5.4	Perda e re aquisição da nacionalidade brasileira	672
4.16.5.5	O problema da assim chamada dupla nacionalidade	675
4.16.5.6	Um caso especial: a condição jurídico-constitucional dos cidadãos portugueses (a assim chamada quase-nacionalidade)	677
4.16.5.7	O regime jurídico do estrangeiro na Constituição Federal.....	678
4.16.5.7.1	Aspectos gerais.....	678
4.16.5.7.2	A exclusão do estrangeiro por iniciativa estatal: as hipóteses de deportação, expulsão e extradição	679
4.16.5.8	As hipóteses de asilo e refúgio.....	684
4.16.5.8.1	O asilo.....	684
4.16.5.8.2	O refúgio.....	685
4.17	Direitos Políticos.....	687
4.17.1	Considerações gerais: o significado jurídico da democracia e sua relação com os direitos políticos e os direitos fundamentais em geral	687
4.17.2	Os direitos políticos como direitos humanos e fundamentais.....	689
4.17.2.1	Considerações gerais.....	689
4.17.2.2	Os direitos políticos no plano supranacional (internacional e regional).	690
4.17.3	Os direitos políticos no constitucionalismo brasileiro.....	691
4.17.3.1	Constituições anteriores	691
4.17.3.2	Os direitos políticos na Constituição Federal de 1988.....	692
4.17.3.2.1	Considerações gerais: o regime jurídico-constitucional dos direitos políticos na condição de direitos fundamentais.....	692
4.17.3.2.2	O sufrágio e o direito de voto.....	697
4.17.3.2.3	A titularidade dos direitos políticos	702
4.17.3.2.4	O sufrágio passivo: condições de elegibilidade	704
4.17.3.2.5	Ainda o sufrágio passivo: as causas de inelegibilidade.....	707
4.17.3.2.6	Os casos de perda, suspensão e re aquisição dos direitos políticos.....	717
4.17.3.2.7	A re aquisição dos direitos políticos.....	726
4.17.3.2.8	A regra da anualidade em matéria eleitoral (art. 16 da CF).	727
5.	Direitos fundamentais processuais	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero</i>	729
5.1	Direito fundamental ao processo justo	729

5.1.1	Introdução	729
5.1.2	Âmbito de proteção.....	731
5.1.3	Titularidade e destinatários	734
5.1.4	Eficácia	736
5.1.5	Conformação infraconstitucional.....	736
5.2	Direito fundamental à colaboração no processo	737
5.2.1	Introdução	737
5.2.2	Âmbito de proteção	739
5.3	Direito fundamental à tutela adequada e efetiva.....	741
5.3.1	Introdução	741
5.3.2	Âmbito de proteção.....	742
5.4	Direito fundamental à igualdade e à paridade de armas.....	752
5.4.1	Introdução	752
5.4.2	Âmbito de proteção.....	753
5.5	Direito fundamental ao juiz natural e ao promotor natural.....	756
5.5.1	Introdução	756
5.5.2	Âmbito de proteção.....	757
5.6	Direito fundamental ao contraditório	759
5.6.1	Introdução	759
5.6.2	Âmbito de proteção.....	759
5.7	Direito fundamental à ampla defesa	763
5.7.1	Introdução.....	763
5.7.2	Âmbito de proteção.....	764
5.8	Direito fundamental à prova.....	768
5.8.1	Introdução	768
5.8.2	Âmbito de proteção.....	768
5.9	Direito fundamental à publicidade.....	775
5.9.1	Introdução.....	775
5.9.2	Âmbito de proteção.....	776
5.10	Direito fundamental à motivação das decisões.....	778
5.10.1	Introdução	778
5.10.2	Âmbito de proteção	778
5.11	Direito fundamental à segurança jurídica no processo	783
5.11.1	Introdução	783
5.11.2	Âmbito de proteção.....	784
5.12	Direito à assistência jurídica integral.....	787
5.12.1	Introdução	787
5.12.2	Âmbito de proteção	788
5.13	Direito fundamental à duração razoável do processo.....	790
5.13.1	Introdução	790
5.13.2	Âmbito de proteção.....	790

5.14	Direito fundamental ao duplo grau de jurisdição?	793
5.14.1	Introdução	793
5.14.2	Âmbito de proteção.....	794
6.	Ações constitucionais	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero</i>	795
6.1	<i>Habeas corpus</i>	795
6.1.1	Introdução	795
6.1.2	Âmbito de proteção.....	796
6.1.3	Titularidade	797
6.1.4	Conformação infraconstitucional	798
6.2	Mandado de segurança	800
6.2.1	Introdução	800
6.2.2	Âmbito de proteção.....	801
6.2.3	Titularidade	804
6.2.4	Conformação infraconstitucional	805
6.3	Mandado de injunção.....	806
6.3.1	Introdução	806
6.4	<i>Habeas data</i>	807
6.4.1	Introdução	807
6.4.2	Âmbito de proteção	807
6.4.3	Titularidade	808
6.4.4	Conformação infraconstitucional	808
6.5	Ação popular	809
6.5.1	Introdução	809
6.5.2	Âmbito de proteção.....	809
6.5.3	Titularidade	810
6.5.4	Conformação infraconstitucional	811
6.6	Ação civil pública	812
6.6.1	Introdução	812
6.6.2	Âmbito de proteção.....	813
6.6.3	Titularidade	814
6.6.4	Conformação infraconstitucional	815
7.	Da Organização do Estado e da repartição de competências	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	817
I –	Da organização do Estado.....	817
7.1	O Estado Federal no âmbito da teoria e prática das formas de Estado: noções gerais e introdutórias.....	817
7.2	Elementos nucleares qualificadores do Estado Federal	819
7.3	O Estado Federal na Constituição de 1988	826
7.3.1	Breve notícia histórica – formas de Estado e a trajetória do Federalismo no direito constitucional brasileiro	826

7.3.2	Principais novidades: a inclusão do Município como ente federativo e o aperfeiçoamento do assim chamado “ <i>federalismo cooperativo</i> ”	828
7.3.3	A Federação como “cláusula pétrea” (art. 60, § 4.º, I, da CF), os assim chamados “princípios sensíveis” (art. 34, VII, da CF) e o instituto das vedações constitucionais (art. 19, da CF)	830
7.4	O instituto da Intervenção como garante da integridade da Federação	833
7.4.1	Noções gerais	833
7.4.2	A Intervenção nos Estados e no Distrito Federal	835
7.4.2.1	Pressupostos materiais e hipóteses de cabimento	835
7.4.2.2	Aspectos de ordem formal e procedimental	840
7.4.2.2.1	Iniciativa do processo interventivo	840
7.4.2.2.2	Competência e forma do ato interventivo	842
7.4.2.2.3	Amplitude, prazo, condições e consequências da intervenção	842
7.4.2.2.4	Do interventor e de sua responsabilidade	843
7.4.2.2.5	Controle político e jurisdicional da intervenção	845
7.4.3	A intervenção nos Municípios	846
II	Da repartição de competências	848
7.5	Noções gerais	848
7.6	Das competências administrativas (materiais) dos entes federativos	851
7.6.1	Aspectos gerais e competências exclusivas (indelegáveis)	851
7.6.2	Competências administrativas comuns (concorrentes)	853
7.7	Das competências legislativas	855
7.7.1	Competências legislativas privativas da União e sua delegação	856
7.7.2	Competências legislativas dos Estados	857
7.7.3	Competências legislativas dos Municípios	858
7.7.4	Competências legislativas do Distrito Federal	859
7.8	As competências legislativas concorrentes	860
7.8.1	Considerações gerais	860
7.8.2	Algumas notas sobre o (problemático e controverso) conceito de normas gerais	862
7.8.2.1	A competência suplementar dos Estados e do Distrito Federal	863
7.8.2.2	A competência suplementar dos Municípios	864
7.8.2.3	Considerações de natureza crítica à luz do exemplo da proteção ambiental	866
8.	Controle de constitucionalidade	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni</i>	873
I	O surgimento do controle judicial de constitucionalidade no direito comparado e a sua evolução no direito brasileiro	873
8.1	O surgimento do controle judicial da constitucionalidade das leis nos Estados Unidos	873
8.1.1	Primeiras considerações	873
8.1.2	A superioridade do <i>common law</i> sobre os atos do parlamento inglês	874

8.1.3	A Revolução Gloriosa, de 1688, e o significado do princípio da <i>supremacy of the English Parliament</i>	876
8.1.4	Do controle dos atos da colônia a partir do direito inglês ao <i>judicial review</i> estadunidense. Mera inversão do princípio da supremacia do parlamento pelo princípio da supremacia do Judiciário?.....	878
8.1.5	Os significados de “supremacia do parlamento” nas revoluções inglesa e francesa	880
8.1.6	O <i>judicial review</i> diante do princípio da separação dos poderes.....	883
8.1.7	A matriz jusnaturalista da Constituição e os poderes constituinte e constituído ..	889
8.1.8	O caso <i>Marbury v. Madison</i> . A doutrina <i>Marshall</i>	890
8.1.9	Consideração histórico-crítica acerca do surgimento do sistema americano de controle difuso da constitucionalidade das leis.....	894
8.2	A evolução do controle judicial da constitucionalidade das leis na Europa.....	896
8.2.1	Primeiras considerações.....	896
8.2.2	O sistema austríaco de controle de constitucionalidade.....	897
8.2.3	A manutenção do controle concentrado e a expansão do modo incidental. Os Tribunais Constitucionais italiano e alemão.....	899
8.2.4	Compreensão do sistema em que o juiz, por não poder decidir a questão constitucional, remete-a para análise da Corte Constitucional.....	901
8.3	História do controle judicial de constitucionalidade brasileiro.....	904
8.3.1	A Constituição Imperial.....	904
8.3.2	A Constituição de 1891.....	904
8.3.3	A Constituição de 1934.....	907
8.3.4	A Constituição de 1937.....	911
8.3.5	A Constituição de 1946.....	912
8.3.6	A Constituição de 1967/1969.....	915
8.3.7	A Constituição de 1988.....	920
II –	Formas de controle de constitucionalidade e tipos de inconstitucionalidade.....	921
8.4	Das formas de controle de constitucionalidade.....	921
8.4.1	Controle judicial e controle não judicial.....	921
8.4.1.1	Objeto do controle judicial.....	927
8.4.2	Controle preventivo e controle repressivo.....	930
8.4.3	Controle concreto e controle abstrato.....	932
8.4.4	Controle incidental e controle principal.....	935
8.4.5	Controle difuso e controle concentrado.....	936
8.5	As diversas faces da inconstitucionalidade.....	938
8.5.1	Inconstitucionalidade formal e inconstitucionalidade material.....	938
8.5.2	Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão.....	947
8.5.2.1	Primeiras considerações.....	947
8.5.2.2	Inconstitucionalidade por ação.....	949
8.5.2.3	Inconstitucionalidade por omissão.....	949
8.5.2.3.1	Instrumentos processuais para combater a omissão inconstitucional: mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	949

8.5.2.3.2	Omissão total e omissão parcial	953
8.5.2.3.3	Norma constitucional impositiva de dever de legislar e direito fundamental carente de tutela normativa	957
8.6	Inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente	962
8.6.1	Inconstitucionalidade superveniente ou revogação? Consequências práticas.....	962
8.6.2	Alteração dos fatos e modificação da concepção geral acerca do direito.....	965
8.7	Inconstitucionalidade total e inconstitucionalidade parcial.....	967
8.8	Inconstitucionalidade direta e inconstitucionalidade indireta	969
III	– Controle difuso de constitucionalidade	971
8.9	A questão constitucional no processo comum	971
8.10	A decisão no controle incidental	972
8.11	A natureza prejudicial da questão de constitucionalidade	973
8.12	Legitimados a arguir a questão constitucional no controle incidental.....	973
8.13	O controle de constitucionalidade de ofício	976
8.14	Da inexistência de preclusão	980
8.15	Declaração incidental de inconstitucionalidade nos Tribunais Estaduais e Regionais Federais e no STJ.....	980
8.15.1	A exigência de <i>quorum</i> qualificado nos Tribunais. Encaminhamento e decisão da questão constitucional	980
8.15.2	A Súmula Vinculante 10.....	981
8.15.3	Interpretação conforme e declaração parcial de nulidade sem redução de texto. Exclusividade do Pleno ou Órgão Especial	982
8.15.4	Não cabimento do incidente de inconstitucionalidade	984
8.15.5	Questão constitucional já decidida pelo STF	984
8.15.6	Questão constitucional já decidida pelo Plenário ou Órgão Especial	986
8.15.7	Declaração de inconstitucionalidade no STJ.....	987
8.15.8	Procedimento do incidente de inconstitucionalidade nos Tribunais.....	989
8.15.8.1	Procedimento prévio perante o órgão fracionário.....	989
8.15.8.2	Procedimento perante o Pleno ou o Órgão Especial.....	990
8.16	Recurso extraordinário	992
8.16.1	Recurso extraordinário	992
8.16.2	Repercussão geral.....	996
8.16.3	A imprescindibilidade de os precedentes da Suprema Corte obrigarem os juízos inferiores no sistema em que todo e qualquer juiz tem poder para controlar a constitucionalidade	1002
8.16.4	Os precedentes obrigatórios e a importância da fundamentação das decisões	1010
8.16.5	<i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i>	1012
8.16.6	A individualização dos motivos determinantes ou <i>ratio decidendi</i>	1016
8.16.7	A eficácia vinculante dos motivos determinantes no STF.....	1017
8.16.8	Atributos da eficácia vinculante dos motivos determinantes	1022
8.16.9	Eficácia temporal da revogação de precedente formado no controle incidental....	1025

8.16.9.1	A questão nos Estados Unidos	1025
8.16.9.2	Diferentes razões para tutelar a segurança jurídica: decisão de inconstitucionalidade e revogação de precedente constitucional	1030
8.16.9.3	Efeitos <i>inter partes</i> e vinculantes da decisão de inconstitucionalidade (no controle incidental) e da decisão que revoga precedente constitucional	1035
8.16.9.4	Eficácia prospectiva de decisão revogadora de precedente constitucional e de decisão proferida em controle incidental	1036
8.16.9.5	A função do Senado Federal	1040
8.17	Controle incidental na ação civil pública e na ação popular	1044
8.18	O problema do controle incidental da inconstitucionalidade por omissão	1048
8.18.1	Primeiras considerações	1048
8.18.2	O poder de controle difuso abarca o poder de controlar a omissão inconstitucional	1049
8.18.3	Situações em que a falta de lei é frequentemente suprida na prática forense	1049
8.18.4	A eficácia dos direitos fundamentais sobre os particulares e o controle incidental da omissão inconstitucional	1050
8.18.5	Os limites do juiz no suprimento da falta de lei necessária à tutela de direito fundamental. O controle da inconstitucionalidade por omissão como controle da insuficiência de tutela	1054
8.18.6	Controle de inconstitucionalidade por omissão à tutela de direito fundamental de natureza processual	1056
8.18.7	Legitimidade do raciocínio decisório no suprimento de técnica processual	1060
IV	Ação direta de inconstitucionalidade	1062
8.19	Primeiras considerações	1062
8.20	Legitimidade	1063
8.20.1	Extensão da legitimidade, legitimados universais e especiais e capacidade para postular	1063
8.20.2	Legitimidade, pertinência temática e interesse de agir	1067
8.20.3	Governador de Estado e Assembleia Legislativa	1068
8.20.4	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil	1069
8.20.5	Partido político	1070
8.20.6	Confederação sindical e entidade de classe de âmbito nacional	1072
8.21	Objeto	1077
8.22	Parâmetro de controle	1087
8.23	Procedimento	1089
8.24	Procedimento sumário em sentido formal	1096
8.25	Causa de pedir aberta	1100
8.26	Medida liminar	1104
8.27	<i>Amicus curiae</i>	1107
8.28	Esclarecimento de matéria de fato e informações acerca da aplicação da norma impugnada	1109
8.29	Da decisão	1110

V – Ação declaratória de constitucionalidade.....	1112
8.30 Primeiras considerações.....	1112
8.31 Legitimidade.....	1117
8.32 Objeto e parâmetro de controle.....	1118
8.33 Petição inicial.....	1119
8.34 Controvérsia judicial relevante.....	1120
8.35 Indeferimento da petição inicial.....	1122
8.36 Participação no processo.....	1122
8.37 Esclarecimento de matéria de fato e informações acerca da aplicação da norma questionada.....	1123
8.38 Medida liminar e seus efeitos.....	1124
8.39 Decisão.....	1126
VI – Efeitos das decisões de inconstitucionalidade e de constitucionalidade.....	1128
8.40 Eficácia <i>erga omnes</i>	1128
8.40.1 Eficácia <i>erga omnes</i> e coisa julgada material.....	1128
8.40.2 Decisão de constitucionalidade e possibilidade de posterior ou outra ação direta de inconstitucionalidade.....	1130
8.40.3 Decisão de constitucionalidade com efeitos <i>erga omnes</i> e impacto das novas circunstâncias sobre o controle difuso.....	1135
8.40.4 Efeitos temporais da revogação da decisão de constitucionalidade.....	1137
8.41 Eficácia vinculante.....	1138
8.41.1 Primeiras considerações.....	1138
8.41.2 Extensão objetiva.....	1142
8.41.3 Extensão subjetiva.....	1146
8.42 Reclamação.....	1149
8.43 Modulação dos efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade.....	1155
8.44 Efeitos da decisão de inconstitucionalidade sobre a coisa julgada.....	1168
8.44.1 Lei inconstitucional e decisão baseada em lei inconstitucional: efeitos da lei e efeitos da decisão judicial.....	1168
8.44.2 Incompatibilidade da retroatividade da decisão de inconstitucionalidade com o sistema difuso.....	1176
8.44.3 Coisa julgada e segurança jurídica.....	1182
8.44.4 Retroatividade da decisão de constitucionalidade sobre a coisa julgada.....	1183
8.44.5 Decisão de inconstitucionalidade e ação rescisória.....	1184
8.44.6 Decisão de inconstitucionalidade, impugnação e embargos do executado.....	1194
VII – Técnicas de decisão.....	1198
8.45 Inconstitucionalidade, nulidade, decisão declaratória e produção de efeitos.....	1198
8.46 Declaração de inconstitucionalidade total e declaração de inconstitucionalidade parcial.....	1202
8.47 Inconstitucionalidade por arrastamento.....	1203
8.48 Pronúncia de inconstitucionalidade sem declaração de nulidade.....	1204
8.49 Omissão parcial, pronúncia de inconstitucionalidade e isolamento de determinados efeitos.....	1206

8.50	Norma em trânsito para a inconstitucionalidade	1207
8.51	Interpretação conforme à Constituição	1210
8.52	Declaração parcial de nulidade sem redução de texto.....	1212
VIII	– Mandado de injunção	1213
8.53	Primeiras considerações	1213
8.54	História do mandado de injunção no STF.....	1215
8.55	Escopo do mandado de injunção	1223
8.56	Natureza mandamental?	1225
8.57	Legitimidade.....	1228
8.58	Medida liminar	1231
8.59	Pressupostos para a concessão do mandado de injunção	1233
8.59.1	Dever de legislar.....	1233
8.59.2	Mora do legislador.....	1235
8.59.3	Norma insuficiente e omissão parcial	1237
8.59.4	Norma não autoaplicável	1239
8.59.5	Norma recepcionada pela Constituição, edição superveniente da norma e encaminhamento de projeto de lei.....	1240
8.60	Efeitos da decisão	1241
8.61	O mandado de injunção diante da possibilidade de a falta de lei ser suprida no caso conflitivo concreto.....	1243
IX	– Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	1246
8.62	Primeiras considerações	1246
8.63	Escopo da ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1248
8.64	Objeto da omissão inconstitucional.....	1250
8.65	Legitimidade.....	1251
8.66	Procedimento	1254
8.67	Omissão parcial de inconstitucionalidade.....	1261
8.68	Medida liminar	1263
8.69	Da decisão na ação de inconstitucionalidade por omissão. Crítica.....	1266
8.70	Efeitos da decisão proferida na ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Responsabilidade do Estado por omissão inconstitucional	1268
X	– Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	1275
8.71	Primeiras considerações	1275
8.72	Modalidades	1277
8.73	Requisitos da arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	1278
8.73.1	Ausência de outro meio processual capaz de sanar a lesividade de modo eficaz... ..	1278
8.73.2	Relevância do fundamento de controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição	1280
8.74	Legitimidade.....	1281
8.75	Parâmetro de controle	1283
8.76	Objeto	1285

8.76.1	Introdução	1285
8.76.2	Atos do Poder Público	1285
8.76.3	Direito pré-constitucional	1286
8.76.4	Declaração de inconstitucionalidade de direito municipal.....	1288
8.76.5	Declaração de constitucionalidade dos direitos municipal e estadual	1289
8.76.6	Controle de ato legislativo em fase de formação	1290
8.76.7	Norma de caráter secundário	1293
8.76.8	Decisões judiciais e arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	1294
8.76.9	A questão da omissão parcial.....	1297
8.77	Procedimento.....	1299
8.78	Medida liminar	1302
8.79	Decisão e efeitos	1305
XI	– Representação interventiva	1306
8.80	Introdução	1306
8.81	Legitimidade.....	1308
8.82	Objeto	1310
8.83	Compreensão dos princípios sensíveis como parâmetro para a decretação da intervenção	1312
8.84	Procedimento.....	1313
8.85	Medida liminar	1315
8.86	Decisão e efeitos	1316
XII	– Controle de constitucionalidade dos direitos estadual e municipal.....	1317
8.87	Primeiras considerações	1317
8.88	Norma estadual e duplicidade de controle de constitucionalidade.....	1318
8.89	Decisão de (in)constitucionalidade de norma constitucional estadual, em face da Constituição Federal, em ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Tribunal de Justiça.....	1323
8.90	Norma constitucional de reprodução e interpretação incompatível com a Constituição Federal. Cabimento de recurso extraordinário	1324
8.91	Ação de inconstitucionalidade por omissão nos Estados-membros.....	1325
8.92	Ação direta de constitucionalidade nos Estados-membros	1326
8.93	Efeitos da decisão proferida em sede de ação direta de âmbito estadual	1327
XIII	– Controle de convencionalidade	1329
8.94	Introdução. Hierarquia normativa dos tratados internacionais dos direitos humanos ...	1329
8.95	Significado de suprallegalidade dos tratados internacionais.....	1334
8.96	Modos de controle da convencionalidade no direito brasileiro	1335
8.97	Controle de supraconstitucionalidade	1336
8.98	O controle de convencionalidade pela Corte Interamericana de Direitos Humanos	1338
8.99	Objeto e parâmetro do controle de convencionalidade na Corte Interamericana.....	1344
8.100	Os efeitos das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	1344

<i>Referências bibliográficas</i>	1349
<i>Outras obras dos autores</i>	1429
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	1429
<i>Luiz Guilherme Marinoni</i>	1429
<i>Daniel Mitidiero</i>	1431